



MINISTÉRIO DA CULTURA  
DESPACHO DECISÓRIO Nº 3/2023  
**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO Nº 003 - PREGÃO ELETRÔNICO 11/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **01400.008903/2023-93**

**DO OBJETO:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículo adaptado para ser usado como equipamento cultural móvel (MovCEU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**IMPUGNANTE: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA**

**1. DA ADMISSIBILIDADE**

1.1. Nos termos do item 24 do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 11/2023, em consonância com o disposto ao Art. 24 do Decreto 10.024, de 2019, é assegurado a qualquer pessoa impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

1.2. Com efeito, observa-se a tempestividade da Impugnação realizada pela empresa supramencionada, encaminhando-a em tempo hábil, no dia 28/11/2023, via e-mail [compras.minc@cultura.gov.br](mailto:compras.minc@cultura.gov.br). Neste sentido, reconhecem-se os requisitos de admissibilidade do ato de impugnação, ao qual passa-se a apreciar o mérito para decisão dentro do prazo legal, sem efeito suspensivo.

**2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO**

2.1. Em síntese a empresa apresenta impugnação contra

a) a **qualificação econômico-financeira**, o impugnante "*Reputa-se como restritiva a Cláusula 9.13.3.1 que trata das regras para habilitação econômico-financeira dos licitantes nos seguintes termos*":

9.13.3.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

b) algumas das dimensões/medidas dos veículos contidas no Apêndice I - Descritivo Técnico MovCEU consideradas restritivas, sendo eles a Altura mínima do veículo, a largura do vão da porta traseira e a altura do vão da porta lateral.

**3. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE**

a) solicita que seja incluída na Cláusula 9.11.4 a possibilidade de que análise da qualificação econômico-financeira das licitantes também possa ocorrer através do percentual de capital social;

b) solicita alteração das especificações da Altura mínima do veículo, a largura do vão da porta traseira e a altura do vão da porta lateral.

#### 4. DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

4.1. Considerando que as alegações apresentadas tratam de assuntos de ordem técnica, os autos foram endereçados ao setor demandante, que se pronunciou por meio da Nota Técnica 40 (SEI nº 1522252), sendo assim consubstanciada:

(...)

6.2. Sobre a qualificação econômico-financeira, o impugnante "*Reputa-se como restritiva a Cláusula 9.13.3.1 que trata das regras para habilitação econômico-financeira dos licitantes nos seguintes termos*":

9.13.3.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

6.3. Informa-se que esta SEEC não tem nada a informar sobre a solicitação, por não se tratar de item relativo à documentação produzida pela área demandante, mas de cláusula do Edital.

6.4. O impugnante entendeu como restritivas algumas das dimensões/medidas dos veículos contidas no Apêndice I - Descritivo Técnico MovCEU, sendo eles a Altura mínima do veículo, a largura do vão da porta traseira e a altura do vão da porta lateral

6.5. Acerca da altura mínima do veículo consta no apêndice a altura mínima de 2.800mm e o impugnante informa que o veículo disponível para atender a esta licitação possui altura de 2.769mm. Tendo em vista que o quesito altura total do veículo, caso não cumprido, não importa em prejuízo ao seu uso como MovCEU, a exigência de altura mínima do veículo foi removida das exigências de contratação.

6.6. O impugnante apresentou questionamento acerca da largura do vão da porta traseira, baseando-se no croqui constante do apêndice III do Termo de Referência. Ocorre que a medida apontada pelo impugnante como "vão da porta" se refere à largura livre interna do compartimento adaptado e não ao vão da porta. Além disso, consta nesse apêndice a informação de que "*As dimensões descritas nos croquis podem ser adaptadas às possibilidades do veículo, de forma a serem o mais aproximadas possível ao previsto.*" Portanto, não prospera a solicitação.

6.7. Em igual medida, o impugnante questionou a altura do vão da porta lateral. Entretanto a cota apontada no questionamento diz respeito a altura da estante de livros móvel, apontada naquele croqui. Além disso, consta nesse apêndice a informação de que "*As dimensões descritas nos croquis podem ser adaptadas às possibilidades do veículo, de forma a serem o mais aproximadas possível ao previsto.*" Portanto, não prospera a solicitação.

#### 5. CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

5.1. Após a avaliação da Equipe Técnica dos fatos supostamente impugnáveis, preservando o princípio da isonomia e estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, considera-se parcialmente procedente o pedido de impugnação ora apresentado, tendo sido ajustado:

- a) o item 9.13.3.1 do Edital, de modo a permitir a análise da qualificação econômico financeira pelo percentual de capital social;
- b) o apêndice do Termo de Referência, sendo removida a medida mínima do veículo para altura, conforme item 6.5. da manifestação técnica.

#### 6. DECISÃO

6.1. Diante do exposto, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, subsidiado pela área técnica demandante, e com lastro nos posicionamentos levantados, decidindo pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Pedido de Impugnação nº 003 ao

Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2023, interposto pela empresa **FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA**, tendo sido alterados os artefatos, conforme citados no item 5.1 acima.

6.2. É a decisão.

**FREDERICO GUIMARÃES CARDOSO**

Pregoeiro oficial



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Guimarães Cardoso, Pregoeiro**, em 08/12/2023, às 02:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1537185** e o código CRC **88237637**.